

ENTRE OS CONFLITOS E A COOPERAÇÃO: As Migrações Bárbaras e sua Interação com o Império Romano no Século IV E.C.

BETWEEN CONFLICTS AND COOPERATIONS: Barbarian Migrations and their Interaction with the Roman Empire in the 4th Century C.E.

Jéssica da Costa Minati Moraes¹

Resumo: Neste trabalho temos como objetivo definir e discutir as migrações bárbaras, especificamente dos godos, no século IV da Era Comum, chegando ao evento que culminou o assentamento desses povos no território romano, sob Teodósio I (347-395), na condição de *foederati*, e como o desenvolvimento dessa relação culminou ora em conflitos, e ora em cooperação entre os bárbaros e os romanos. Para nossa análise, utilizaremos passagens da obra *Getica*, escrita pelo historiador de origem gótica Jordanes, que viveu no século VI E.C. Esta obra conta sobre a história e os feitos dos godos, dando ênfase na complexidade do relacionamento romano-bárbaro. Visamos mostrar com as migrações bárbaras não foram a razão de um colapso romano, mas sim um elemento que transformou as concepções de identidade e fronteiras nos estudos da Antiguidade Tardia.

Palavras-chave: Migrações, Bárbaros, Antiguidade Tardia, Império Romano, Jordanes.

Abstract: In this paper, we aim to define and discuss the barbarian migrations, specifically of the Goths, in the 4th century of the Common Era, culminating in the event that led to the settlement of these peoples in Roman territory, under Theodosius I (347–395) as *foederati*, and how the development of this relationship resulted in alternating conflicts and cooperation between the barbarians and the Romans. For our analysis, we will use passages from the work *Getica*, written by the Gothic-origin historian Jordanes, who lived in the 6th century C.E. This work recounts the history and deeds of the Goths, emphasizing the complexity of the Roman–barbarian relationship. We aim to show that the barbarian migrations were not the cause of the Roman collapse, but rather an element that transformed conceptions of identity and borders in studies of Late Antiquity.

Keywords: Migrations, Barbarians, Late Antiquity, Roman Empire, Jordanes.

Introdução

Os processos de deslocamento e migrações têm sido uma constante na experiência humana ao longo de milhares de anos, impulsionados por uma variedade de motivações, incluindo conflitos bélicos, fatores políticos, pressões climáticas, escassez de alimentos, entre outros. Desde os estudos sobre povos nômades na pré-história, podemos observar a necessidade intrínseca do ser humano de se deslocar quando um determinado território já não oferece condições favoráveis para sua subsistência, sobrevivência e progresso.

Estudos indicam que a dispersão e o deslocamento dos seres humanos tiveram início a partir do continente africano, marcando também o começo do processo evolutivo

¹ Mestranda em História Antiga pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) sob orientação da Profa. Dra. Margarida Maria de Carvalho (Unesp/Franca). E-mail: jessica.cm.moraes@unesp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2981-0472>. Bolsista FAPESP (processo nº 2024/01938-7).

da espécie humana (Elhajji, 2014, p. 146). Nesse contexto, destaca-se a notável capacidade adaptativa do *Homo erectus*, que desenvolveu diversas mutações para se ajustar aos diferentes ambientes climáticos. Este processo de adaptação climática combinado com o desenvolvimento da espécie humana contribuiu para que fosse abandonado o nomadismo e o homem se tornasse sedentário, podendo construir, criar animais e desenvolver outros aspectos do sedentarismo. É claro que em determinados momentos ou situações, era necessário o deslocamento, então, iniciava-se novamente o processo de assentamento.

Na Europa, os primeiros seres humanos chegaram aproximadamente há quarenta mil anos, provenientes da Ásia Central e do Oriente Médio. Portanto, o movimento migratório humano na Europa não era nada novo ou sem precedentes durante o período da Antiguidade Tardia, caracterizado por uma série de deslocamentos e migrações dos chamados povos “bárbaros”¹.

A Antiguidade Tardia, cronologicamente inserida entre os séculos III e VIII da Era Comum², como proposto pelo historiador irlandês Peter Brown em sua obra seminal *O fim do Mundo Clássico: de Marco Aurélio a Maomé*, publicada em 1972. Essa periodização é amplamente aceita por historiadores como Averil Cameron (2012), Stephen Mitchell (2015), Edith Gillian Clark (2011). Marcelo Cândido da Silva destaca que a Antiguidade Tardia represente um elo entre a Antiguidade e o Medievo, embora possua características distintivas que a definem (2008, p. 57). Wendy Mayer enfatiza que o período tardo-antigo deve ser compreendido como uma fase de mudanças e transições (2009, p. 11).

Em consonância com as perspectivas de Mayer, os estudos conduzidos por Renan Frighetto (2006, 2010, 2021), um destacado historiador brasileiro, ressaltam a importância de entender a Antiguidade Tardia como um período marcado por significativas transformações em múltiplos âmbitos: político, religioso, cultural e institucional. Frighetto enfatiza que esse período é caracterizado não somente por mudanças, mas também por continuidades, resultando em uma constante tensão e conflitos que moldaram o Império Romano de maneiras diversas. Além da dimensão temporal, é crucial considerar a Antiguidade Tardia sob uma ótica geográfica, uma vez que essas mudanças e continuidades não foram uniformemente distribuídas por todo o território da Europa, Ásia e Oriente. Nesse contexto, para os propósitos desse estudo, não nos deteremos nas distintas características regionais do período, embora seja relevante reconhecê-las devido à importância histórica do período.

Um elemento central nas narrativas da Antiguidade Tardia é a presença dos povos “bárbaros”. O termo ‘bárbaro’ tem suas raízes na cultura grega onde era utilizado para referir-se a indivíduos que não eram de origem grega ou não falavam o idioma grego (Goffart, 1980, p. 277; Halsall, 2007, p. 45-47). Em diversos contextos, o termo ‘bárbaro’ é empregado pejorativamente, carregando consigo preconceitos e estereótipos associados a um povo considerado primitivo, selvagem, corrupto, incivilizado, entre outros adjetivos negativos. Estudos recentes sobre a Antiguidade Tardia buscam desafiar esse estereótipo, argumentando que os “bárbaros” não foram a causa exclusiva da decadência e do colapso romano, termos que também não concordamos, pois também se trata de uma espécie de estereótipo historiográfico (Frighetto, 2010, p. 112). Conforme veremos, os “bárbaros” não somente contribuíram para a preservação de aspectos políticos, legais e culturais do Império Romano, mas também buscaram assimilar sua cultura (Silva, 2008, p. 58).

Além disso, evitaremos o uso do termo ‘germânico’, uma vez que suas conotações remontam a ideias que surgiram no século XIX que foram instrumentalizadas por regimes autoritários do século XX em uma tentativa de promover uma noção de ‘germanidade’. Ao nos referirmos aos povos “bárbaros” como germânicos ou tribos germânicas, arriscamos negligenciar sua diversidade étnica e suas características distintivas, reduzindo assim grupos diversos a uma única categoria (Halsall, 2007, p. 458; Cameron, 2012, p. 39).

A interação entre os “bárbaros” e os romanos existiam há muito tempo. Há relatos que nos levam até o início do primeiro século da Era Comum, durante os governos de Tibério (42 a.E.C.-37) e Marco Aurélio (121-180), já no segundo século (Williams e Friell, 2005, p. 68). Durante o governo do imperador Constantino I (272-337), observamos mudanças significativas na organização militar romana, incluindo a incorporação de “bárbaros” nas legiões romanas, especialmente nos exércitos móveis. Desde a composição das tropas auxiliares, sempre houve uma presença significativa de não-romanos, especialmente aqueles desprovidos de cidadania romana. Posteriormente, como evidenciado, as tropas auxiliares passaram a ser compostas por um contingente considerável de “bárbaros” (Liebeschuetz, 1990, p. 7).

A partir do século IV, evidencia-se uma intensificação da interação e integração entre os “bárbaros” e os romanos, destacando-se os godos, também conhecidos como góticos. Notavelmente, as incursões “bárbaras” no território romano, anteriormente consideradas pacíficas, passaram a ser marcadas por um aumento da violência e dos conflitos bélicos (Carlan, 2012, p. 198).

Para a análise e construção deste trabalho, adotaremos elementos da análise de conteúdo categorial proposta por Laurence Bardin (2011). Esta abordagem envolve a seleção e catalogação das passagens da *Getica*, obra do historiador Jordanes (século VI), que tratam da presença, inserção e movimentações dos povos “bárbaros” durante os governos do imperador Teodósio I (347-395) e de seus filhos, Arcádio (377-408) e Honório (384-423). Tais passagens serão incorporadas ao texto para fundamentar nossa análise.

Dois conceitos fundamentais para nossa investigação são fronteira e identidade, conforme propostos por Norberto Guarinello (2010) e François Hartog (2014), respectivamente. Esses conceitos lançam luz sobre os processos de inclusão e exclusão dos “bárbaros”, tanto em termos de fronteiras sociais quanto físicas, e sobre as noções de identidade na Antiguidade Tardia. Além disso, nossa análise também se beneficia das contribuições de Janet Huskinson para compreender as complexidades relacionadas à identidade, considerando que a inserção dos “bárbaros” na sociedade romana envolvia tanto a observação e percepção do outro quanto a diversidade de experiências identitárias (2000, p. 6).

Migrações, invasões e fronteiras: definições necessárias

Não visamos negar a ocorrência de diversas incursões às fronteiras do Império Romano; no entanto, é igualmente inviável afirmar que todo o deslocamento de “bárbaros” constitui uma invasão. A questão reside em desmistificar o estereótipo de que a entrada dos “bárbaros” no território romano foi a única responsável pela corrupção, pelo colapso e suposto ‘fim’ ou ‘queda’ de Roma, em 476. Também não aspiramos endossar a concepção de uma crise do terceiro século, que supostamente culminou nos eventos de 476, mas sim demonstrar que as transformações políticas foram determinantes para esses e outros desdobramentos, absolvendo os “bárbaros” da culpa por todos os aspectos negativos da Antiguidade Tardia (Halsall, 2007, p. 166; Carrié, 2021, p. 15).

A noção de uma crise no século III foi inicialmente corroborada pela arqueologia, uma vez que havia uma notável escassez de vestígios urbanos. Assim, os arqueólogos interpretaram essa ausência como evidência de uma crise generalizada. Entretanto, Carrié argumenta que as crises no século III assumiram naturezas diversas, pois esse período também foi marcado por consolidações e sacralizações do poder. Portanto, embora tenham ocorrido instabilidades políticas, institucionais, militares e financeiras, os

elementos de continuidade prevaleceram sobre os de ruptura, que só se tornaram mais evidentes no final do século V (2021, p. 20-22).

Em primeiro lugar, é fundamental compreender o conceito de migração, definida como o deslocamento de pessoas dentro em um espaço geográfico, motivado por questões econômicas, naturais, culturais, religiosas e políticas. Existem quatro tipos principais de migração: a migração interna, onde os indivíduos se deslocam dentro de seu território nacional; a migração externa, que envolve deslocamentos para fora de seu território nacional; a migração sazonal, ocorre por um período específico; e a migração permanente, na qual os indivíduos se estabelecem permanentemente no local para onde migraram³.

A migração se distingue da imigração, uma vez que essa última implica que os indivíduos entram em outro país para residir. Optaremos por não utilizar esse termo para descrever os deslocamentos “bárbaros” por duas razões principais. Em primeiro lugar, o Império Romano não se configurava como um país ou um estado consolidado, e, em segundo lugar, as fronteiras durante a Antiguidade Tardia não eram claramente delimitadas. Além disso, o território italiano em si só se consolidou como um estado nacional no século XIX, enquanto outros países europeus começaram esse processo a partir do século XVI. Por essas razões, preferimos utilizar somente o termo “migração”. Considerando essas questões, é possível hipotetizar que, do ponto de vista contemporâneo, os “bárbaros” experimentaram os quatro tipos de migrações descritas durante seus deslocamentos.

Por outro lado, as invasões são definidas como ações de cunho militar que adentram em território controlado, motivadas por conquistas territoriais. Embora essa definição seja contemporânea, algumas das movimentações bárbaras podem ser pensadas sob essa mesma ótica. Como mencionado anteriormente, não negamos a ocorrência de invasões, mas propomos observar esses movimentos sob uma perspectiva diferente.

A temática das migrações, imigrações e deslocamentos populacionais é extremamente relevante atualmente, considerando as diversas movimentações de grupos ou indivíduos que buscam fugir de suas realidades, seja por motivos climáticos, religiosos, guerras ou em busca de melhores condições de vida. No entanto, esses imigrantes e migrantes frequentemente enfrentam não somente as dificuldades esperadas no processo de deslocamento, como questões relacionadas a passaportes e vistos, mas também uma crescente xenofobia por parte de alguns grupos.

Na Europa, por exemplo, há uma aversão significativa a grupos de muçulmanos e africanos, enquanto na América do Norte, especialmente nos Estados Unidos, existe historicamente um preconceito direcionado aos mexicanos, que recentemente se estendeu

a todos os latino-americanos. No Brasil, observamos aversão a alguns grupos específicos, especialmente alimentada pelos discursos da extrema-direita contra os venezuelanos. Além disso, há xenofobia direcionada de brasileiros do eixo sudeste-sul, tratando os nordestinos e nortistas de forma pejorativa e xenofóbica. Assim, discutir migrações e deslocamentos populacionais, mesmo em um período tão distante de nosso presente, é um tema de extrema atualidade.

No texto de Amit Kumar Mishra, observa-se uma crítica ao eurocentrismo, destacando que as migrações dos europeus eram muitas vezes consideradas legítimas, especialmente durante o século XIX e início do século XX, enquanto as migrações de outros povos eram vistas com desdém. O autor ilustra essa disparidade com o exemplo das migrações asiáticas e africanas, que frequentemente são desvalorizadas, enquanto as migrações europeias brancas tinham como objetivo uma mudança em suas condições e destino (2018, p. 201).

A aproximação do texto de Mishra com as migrações bárbaras revela um viés *romanocêntrico*⁴, no qual qualquer povo das fronteiras ou de localizações mais distantes que tentasse entrar no território romano era rotulado como “bárbaro” e invasor, enquanto era considerado natural e aceitável que um romano se deslocasse de grandes centros políticos como Roma, Constantinopla ou Antioquia, por exemplo, para se estabelecer em outras localidades, dentro ou fora das fronteiras do império.

Além disso, é particularmente complexo discutir as fronteiras do Império Romano na Antiguidade Tardia, especialmente porque, neste período, as fronteiras eram normalmente delineadas pelos cursos dos rios, sem linhas imaginárias ou muralhas que separassem as províncias e dividissem o império de outros territórios não romanos (Heather, 2005, n.p.; Mitchell, 2015, p. 117). Podemos, portanto, afirmar que essas fronteiras eram, ao mesmo tempo, imaginárias, políticas e administrativas.

Os romanos tardo-antigos não possuíam a concepção de mapa-múndi que temos hoje, e as fronteiras, como dito anteriormente, eram definidas a partir dos cursos dos rios como o Danúbio, que atravessa grande parte da Europa, o Reno, que tem origem nos Alpes Suíços, o Sena, que passa por Paris, e o rio Pó, que corta a Itália, entre outros. Montanhas, como os Alpes Suíços, os Apeninos e os Alpes Cócios, também auxiliavam na delimitação territorial e na localização.

Entendemos também que muitas das fronteiras presentes no Império Romano eram sociais e promoviam a inclusão ou exclusão de determinados povos por diferentes motivos. A questão cultural desempenha um papel crucial nesse processo. Conforme Hartog destaca, a proximidade espacial pode resultar em um grande distanciamento

cultural (2014, p. 148). Acreditamos que esse tenha sido o caso no início do assentamento dos “bárbaros”, pois, apesar da proximidade territorial, eles se viam de maneira muito diferente em relação aos romanos. E os romanos também possuíam essa mesma percepção.

Segundo Hartog, a diferença entre grupos ou indivíduos se torna interessante do ponto de vista do observador quando esses grupos entram em um mesmo sistema que exige convivência. O autor mesmo nos transmite o exemplo dos gregos e dos “bárbaros”, no início dos contatos da cultura grega com outros povos (2014, p. 243).

Entre a obra e o autor: a Getica de Jordanes

Antes de nos determos no contexto histórico e as discussões adicionais, devemos falar sobre a documentação selecionada para a análise e desenvolvimento deste trabalho, a obra do historiador Jordanes, intitulada *De Origine Actibusque Getarum* ou Sobre a origem e os feitos dos Getas, mas comumente conhecida como *Getica*. O conteúdo da obra, como o próprio título indica, aborda a origem dos getas ou godos até o tempo presente de Jordanes. Walter Goffart nos esclarece que os vocábulos getas e godos referem-se à mesma etnia “bárbara”, apesar da grafia diferente (1988, p. 20). Jordanes era um homem do sexto século, presumivelmente de origem gótica, que atuou como *notarius* de um general “bárbaro” chamado Guntige ou Baza, que ocupava o cargo de *magister militum*, ou seja, o mestre dos soldados (Doležal, 2014, p. 147). Além da *Getica*, Jordanes escreveu outra obra neste período, intitulada *Romana*, na qual pretendia relatar a história e os feitos dos romanos.

Conforme apontado por Otávio Luiz Pinto (2016 e 2017), Jordanes teria redigido suas duas obras entre 551 e 552. Esta ideia é corroborada por diversos pesquisadores, incluindo Brian Croke (2005), Lieve Van Hoof e Peter Van Nuffelen (2017). O próprio Jordanes sugere o período de composição de sua obra ao incorporar elementos contemporâneos, como o nascimento de Germano (550-551), que recebeu o nome de seu pai, Germano (século VI-551), primo de Justiniano, e Matasunta (518-551), neta de Teodorico, o rei ostrogótico (*Jord. Get.* 60.314).

Quanto à *Getica*, sabe-se que foi escrita entre 550 e 551 e tinha como objetivo ser um compêndio de uma obra sobre os godos escrita Cassiodoro (490-581). Jordanes menciona um contato rápido com essa obra, de aproximadamente três dias, porém é importante ressaltar que a *Getica* não é uma simples cópia do trabalho de Cassiodoro. No processo de composição, o autor acrescentou suas próprias palavras e recorreu a outros

autores gregos e latinos (Van Hoof e Van Nuffelen, 2017, p. 10; Croke, 2005, p. 474; Goffart, 1988, p. 97). Além disso, ao utilizar uma variedade de autores, Jordanes demonstrou habilidade em trabalhar com diversas fontes, não se limitando a somente reproduzir o trabalho de Cassiodoro (O'Donnell, 1982, p. 228).

A obra foi originalmente escrita em latim e há críticas consideráveis dos historiadores contemporâneos em relação ao latim de Jordanes. Contudo, acredita-se que o latim fosse o terceiro idioma do autor, sendo que ele possuía maior fluência em grego e em algum idioma gótico. O latim era necessário para o seu trabalho como *notarius*, ou seja, uma espécie de secretário, uma vez que, apesar da predominância do grego no Império Oriental, o latim ainda era o idioma oficial no exército (Croke, 1987, p. 117; Van Hoof e Van Nuffelen, 2017, p. 2; Pinto, 2016, p. 41). Portanto, presume-se que o latim escrito por Jordanes fosse uma forma coloquial do idioma, semelhante àquela falada por ele.

A *Getica* é descrita por Peter Van Nuffelen e Lieve Van Hoof como um epítome, ou seja, é uma versão abreviada ou condensada de uma obra mais extensa. Neste caso, trata-se de um resumo dos doze livros de Cassiodoro sobre os godos (2020, p. 31). A obra de Jordanes tem sido amplamente estudada por diversos autores, o que provavelmente se deve à sua característica única de relatar a história de um povo “bárbaro” de grande relevância no contexto da Antiguidade Tardia. No início da *Getica*, o próprio Jordanes oferece algumas informações sobre o contexto em que a obra foi escrita e os motivos que o levaram a compô-la. Ao analisar o texto, encontramos a dedicatória no primeiro trecho a dedicatória da obra (Liebeschuetz, 2015, p. 135):

Eu desejo de viajar a favor da corrente em meu pequeno navio, explorar a costa de um litoral tranquilo e, como se diz, colher pequenos peixinhos nas piscinas dos antigos, irmão Castálio, e me compeles a abrir velas rumo ao alto mar e a abandonar a pequena obra que tenho entre as mãos — ou seja, a abreviação das crônicas. Persuades-me a resumir neste pequeno livro, com palavras minhas, os doze volumes do Senador sobre os feitos dos godos desde os tempos antigos até o presente, percorrendo as gerações e reis (*Jord. Get.* 1).

Também realizamos uma busca visando identificar quem seria este amigo de Jordanes. Contudo, assim como diversos autores em nossa bibliografia, não conseguimos encontrar informações a respeito deste homem. Sabemos somente seu nome, que ele desejava conhecer melhor a história dos godos e que, possivelmente, sabia que Cassiodoro havia escrito uma obra sobre esses povos. Além disso, ao chamar Castálio de irmão, presumimos que ele possuía um vínculo estreito de amizade com Jordanes.

Em relação à estrutura da *Getica*, a obra é dividida em 60 capítulos, abrangendo 316 tópicos. Jordanes aborda as supostas origens geográficas dos godos na Escandinávia, suas migrações pela Europa e a sua história como um povo unido até o final do quarto século. Após esse período, os godos se dividiram em dois grupos: os visigodos e os ostrogodos, o que também levou Jordanes a dividir sua narrativa, tratando separadamente a história desses dois grupos. É importante destacar que os visigodos se estabeleceram principalmente na região provincial da Hispânia, enquanto os ostrogodos se estabeleceram na península itálica (Goffart, 2006, p. 61; Liebeschuetz, 2015, p. 104; Dörler, 2020, p. 125-126; Croke, 1987, p. 122-123).

Sabemos pouco sobre a vida de Jordanes. No entanto, o próprio autor revela algumas informações sobre si e sua família em partes da obra. As datas exatas de seu nascimento e falecimento permanecem desconhecidas, o que nos leva a afirmar somente que Jordanes nasceu, viveu e faleceu durante o século VI da Era Comum. Quanto à sua origem, presume-se que ele tenha ascendência gótica, embora a região exata de onde veio seja incerta. Otávio Luiz Pinto explora a possibilidade de Jordanes ter uma ascendência herúlea, especialmente porque, em seus escritos, ele menciona somente o pai e o avô, sem fazer referência à mãe (Doležal, 2014, p. 153; Pinto, 2017, p. 203, 208-209). Stanislav Doležal sugere que Jordanes possa ter nascido em algum lugar da Trácia ou da Ilíria (2014, p. 145), enquanto Thomas Lawrence argumenta que suas raízes bárbaras podem ter origem em tribos estabelecidas na Cítia Menor e Baixa Moésia (2013, p. 3623-3624). O pai de Jordanes é mencionado como Alanoviiamuth ou Alanoviamute, sugerindo uma possível uma origem alana devido ao prefixo em seu nome.

Bárbaros e romanos: identidade, alteridade e assimilação

Os godos, anteriormente conhecidos como grutungos e os tervíngios, eram grupos que se haviam separado séculos antes durante suas migrações na região do Mar Negro. O grande deslocamento que desencadeou um conflito posterior, foi a tentativa de fuga e refúgio dessas tribos diante da ameaça e pressão militar dos hunos, que, vindos das estepes da Rússia, causavam mortes, pilhagens e destruição (Halsall, 2007, p. 170; Frighetto, 2012, p. 124).

Durante o século IV, houve um significativo deslocamento de “bárbaros”, quando alguns grupos tentaram atravessar o território romano sob a liderança do líder tervíngio Fritigerno (século IV-século IV). Fritigerno realizou diversas negociações políticas e diplomáticas para que os tervíngios fossem assentados na região da Mésia. A negociação

com o imperador Valente (328-378) foi bem-sucedida, e os tervíngios iniciaram seus processos de assentamento no território romano. No entanto, os grutungos não receberam a mesma permissão (Halsall, 2007, p. 176).

O Império Romano permitiu que os godos entrassem em seu território na região dos Bálcãs, considerando que esses povos poderiam auxiliar na defesa das fronteiras, especialmente tendo em vista a movimentação dos hunos pelo território europeu, que ameaçava chegar às fronteiras romanas. Assim, ter os “bárbaros” ali seria de grande ajuda estratégica. Por esta razão, Carlos Machado afirma que os “bárbaros” foram rapidamente cooptados como um elemento central da política militar imperial (2015, p. 95). Para Heather, inicialmente a migração dos “bárbaros” não era vista como algo preocupante (2005, n.p.)

Naturalmente, a presença bárbara não era unanimemente aceita pelos romanos. Muitos desconfiavam da natureza desses povos e acreditavam que, a qualquer momento, iriam romper o acordo feito com o imperador Valente e iniciar a pilhagem e a violência. Os clérigos também não aprovaram a presença dos “bárbaros”, pois naquele momento o credo niceno era seguido em todo o império, e os godos praticavam a sua própria religião ou haviam se convertido ao cristianismo ariano (Cameron, 2012, p. 22). O arianismo, uma visão antitrinitária atribuída a Ário (350-336), presbítero de Alexandria, contestava a consubstancialidade entre Deus e Jesus, questionando a natureza divina de Cristo e defendendo a unicidade de Deus (Kazhdan, 1991a, p. 167). Em contrapartida, o credo niceno proclamava a consubstancialidade entre Jesus Cristo e Deus, reconhecendo a divindade do Filho e a crença no Espírito Santo. Esta fé é mantida até hoje pelos católicos, expressa na oração do Credo (Kazhdan, 1991b, p. 1464-1465).

Diante dessa desconfiança e pouca aceitação dos “bárbaros”, dois personagens se destacam na eclosão dos conflitos entre godos (tervíngios) e romanos: os oficiais romanos Lupicínio (século IV) e Máximo (século IV). Além dos maus-tratos sofridos, houve abusos em relação às cobranças de impostos e ao compartilhamento de suprimentos com os “bárbaros”. Podemos imaginar que esses povos, que já migravam sob uma grande pressão militar, estavam em constante tensão, e por isso não puderam suportar a pressão romana. Alguns autores relatam que os oficiais romanos citados tentaram assassinar o líder tervíngio, além de praticar extorsão e escravização de crianças (Halsall, 2007, p. 178; Frighetto, 2012, p. 124-125).

Durante a chamada Guerra Gótica, que aconteceu entre 376 e 382, a batalha de Adrianópolis em 378 foi decisiva para o início do processo de integração dos “bárbaros”, especialmente os godos, no território romano. Os imperadores costumavam participar

ativamente nos campos de batalha, e durante esse ocorrido, o imperador Valente foi morto, com outros vinte mil soldados romanos, segundo as estimativas dos historiadores antigos (Wood, 2018, p. 522; Frighetto, 2012, p. 125). Em resposta, o imperador ocidental Graciano (359-383), declarou que Flávio Teodósio seria o imperador oriental, pois, em meio a uma batalha como essa, era muito arriscado deixar o governo do oriente sem um imperador. Flávio Teodósio ficou conhecido posteriormente como Teodósio I ou Teodósio, o Grande (Curran, 2008, p. 101; Mitchell, 2015, p. 86-87).

O imperador Teodósio I nasceu na Hispânia, em uma cidade chamada Coca ou Cauca. Era filho de um alto oficial também chamado Teodósio (século IV-376), morto pelo imperador Valentiniano I (419-455) sob suspeita de traição. É considerado pela historiografia como o último imperador a governar o Império Romano unificado, pois no ano de sua morte, em 395, ocorreu a divisão administrativa entre seus filhos, Arcádio e Honório (Bury, 2012, n.p.; Frighetto, 2012, p. 125).

Além de seus dois sucessores, Teodósio I teve uma filha com sua primeira esposa, Élia Flacila (século IV-386), chamada Pulquéria (379-386), ambas faleceram em 386. Com sua segunda esposa, Gala (370/375-394), teve três filhos, dois deles faleceram jovens, Graciano (século IV) e João (século IV), e a filha Gala Placídia (392-450), que aparecerá em nossa narrativa posteriormente. Teodósio I também é lembrado pelo Édito de Tessalônica, promulgado em 380, que instituiu a religião cristã como a religião oficial do Império Romano, abrindo caminho para a ampla cristianização dos territórios romanos (Curran, 2008, p. 101; Mitchell, 2015, p. 90).

Antes de se tornar imperador, Teodósio foi nomeado *magister equitum*, ou mestre da infantaria, recebendo a missão de tentar conter a destruição causada pelos godos na região dos Bálcãs. Teodósio possuía, segundo os relatos dos autores antigos, ótima habilidade militar, o que garantiu, posteriormente, a sua escolha como imperador oriental (Frighetto, 2012, p. 125).

Retornando, então, a 378, os godos decidiram atacar Adrianópolis, pois nesta cidade o império armazenava o tesouro imperial que seria utilizado para custear uma campanha militar contra os sassânidas. Lá, também se encontravam aproximadamente sete legiões romanas. O imperador Valente foi surpreendido pela movimentação dos godos, pois estava na cidade de Antioquia planejando e se preparando para essa campanha militar já citada. Sem os reforços que seriam enviados por Graciano, as legiões comandadas por Valente enfrentou os godos, em uma batalha composta por diversas fases, mas o massacre das legiões romanas ocorreu e nem o imperador pôde escapar (Halsall, 2007, p. 178-180; Frighetto, 2012, p. 125).

Após a morte do imperador Valente, os godos decidiram saquear Adrianópolis, sabendo que o tesouro estava armazenado na cidade, e depois iniciar o caminho até Constantinopla. Mas na cidade, encontraram grande resistência de tropas romanas, que guardavam a cidade, e da população que também participou da defesa. Não conseguindo entrar em Adrianópolis e sofrendo baixas expressivas, os godos abandonaram o plano de saquear a cidade e o sonho de conquistar Constantinopla estava adiado (Halsall, 2007, p. 178-180).

A consequência imediata da batalha foi a escolha de Teodósio I como imperador, por Graciano, mas outras consequências, como uma baixa no número de soldados no exército romano e a facilidade com que os hunos conseguiram cruzar as fronteiras, foram só observados algum tempo depois. O problema do exército seria resolvido com a inserção dos “bárbaros” no contingente do exército, mas os hunos ainda causariam problemas em território imperial, especialmente sob o comando de Átila.

E assim que Teodósio I se tornou imperador em 379, tratou imediatamente de organizar o exército, buscando uma descentralização geoestratégica do alto comando militar e uma nova campanha militar contra os godos, decidido a encerrar o conflito que se arrastava há pelo menos três anos, com muitas baixas romanas e cidades abandonadas por medo dos cidadãos (Halsall, 2007, p. 180-181; Vescia, 2024, p. 297). De acordo com Jordanes,

para o lugar de Valente, o imperador Graciano, seu tio, escolheu Teodósio, da Hispânia, para o principado do Oriente. A disciplina militar logo passou para um nível melhor. O rei godo, percebendo que a covardia e a indolência dos imperadores anteriores haviam sido repostas, temeu, pois o imperador de aguda engenhosidade era famoso pela virtude e pela prudência. Por meio de preceitos severos, da generosidade e da gentileza, ele fez um exército decaído retomar a coragem (*Jord. Get.* 27.139).

Em 381 ou 382, o imperador finalmente derrotou os godos e negociou um tratado de paz com o substituto de Fritigerno, um homem chamado Atanarico (318-381). Nesta negociação, os godos retornavam a sua condição de *foederati* (Goffart, 1980, p. 288-291). É importante ressaltar que os godos não eram os únicos *foederati* neste período, uma vez que os romanos também possuíam acordos com outros “bárbaros”, como os francos, por exemplo (Halsall, 2007, p. 180-181). Na condição de *foederati*, os “bárbaros” tornavam-se aliados do império romano e poderiam se estabelecer em assentamentos nas localidades indicadas pelo imperador, e em alguns casos, foram fornecidas terras, dadas a esses “bárbaros”, para que auxiliassem o exército romano. Além disso, o império também se comprometia a fornecer comida e dinheiro (Halsall, 2007, p. 180-181). Esta era a forma

mais fácil de lidar com a presença dos “bárbaros” no território imperial, pois era possível tem algum controle sobre as populações.

De acordo com Jordanes, o imperador Teodósio I gostava muito dos “bárbaros”, e a guerra foi necessária para o acordo poder ser firmado, trazendo paz, cooperação e boa convivência entre romanos e “bárbaros”:

Quando, depois disso, Teodósio recuperou-se e descobriu que o imperador Graciano havia celebrado o tratado entre godos e romanos que ele próprio desejava, ficou de ótimo humor e ele próprio concordou com essa paz. Ao rei Atanarico, que então havia sucedido Fritigerno, aliou-se dando presentes e, com os seus modos amabilíssimos, convidou-o para que viesse até si em Constantinopla (*Jord. Get.* 28.142).

Ao que parece, Teodósio I desenvolveu um relacionamento especial com Atanarico, tratando-o com honras quase romanas quando o líder godo faleceu:

Entusiasmado por tal admiração e coberto de honrarias conferidas pelo imperador, em poucos meses deixou a nossa luz. O imperador tinha tanta afeição por ele que quase o honrou mais após a morte do que em vida: deu-lhe uma sepultura digna e ele próprio caminhou à frente do caixão no funeral (*Jord. Get.* 28.144).

Esse tratamento impressionou muito os godos, que decidiram se juntar a Teodósio I e servir ao seu exército:

Quando Atanarico morreu, todo o seu exército continuou a serviço do imperador Teodósio, tornando-se como um único corpo com os soldados sob as ordens do Império Romano. Aquela antiga aliança sob Constantino foi renovada e eles foram chamados de 'federados' (*Jord. Get.* 28.145).

Como podemos observar neste trecho de Jordanes, o número de godos presentes no exército romano era muito alto, especialmente porque com a condição de *foederati*, um dos compromissos desses povos com o império era o serviço militar. É por isso que observamos depois deste período, muitos generais proeminentes de origem “bárbara”, a saber: Estilício (359-408), Gainas (século IV-400), Alarico (370-410), entre muitos outros. Sabemos que, além da presença dos “bárbaros” nas legiões romanas, havia legiões inteiras somente com “bárbaros”, e que a presença desses povos trouxe algumas inovações para o exército romano, como algumas táticas e armamentos (Carvalho e Gonçalves, 2012, p. 205).

Entre esses generais proeminentes, é interessante o papel de Alarico, que ganhou poder e confiança como comandante, mas também foi capaz de reunir um grande exército de godos e outros “bárbaros” que se juntaram a ele. Agora, já encontramos uma divisão

entre os godos, que se tornaram visigodos e ostrogodos. Alarico serviu durante o governo de Teodósio I, onde, aparentemente, as relações romano-bárbaras estavam em harmonia. Com a morte do imperador e a ascensão de seus filhos ao poder, mas controlados por regentes, Estilício, Rufino (335-395) e Eutrópio (século IV-399), o poder político romano sofreu modificações e o relacionamento entre o poder imperial e os “bárbaros” estremeceu. Sobre isso, Jordanes afirma que

mais tarde, quando Teodósio, amante da paz e da linhagem dos godos, deixou as coisas humanas, os seus filhos, vivendo luxuosamente, deram início à ruína de ambas as Repúblicas e privaram os seus auxiliares, ou seja, os godos, dos donativos costumeiros. Não demorou para que o desgosto dos godos crescesse. Temendo que a sua coragem fosse dissolvida por uma longa paz, os godos escolheram Alarico para reinar sobre si (*Jord. Get.* 29.146).

Entre os anos 397 e 401, não temos notícias dos movimentos e feitos de Alarico, mas ele deve ter aproveitado sua posição como oficial para reunir e equipar seu exército. Neste processo, Alarico teve a percepção de que ele e seus aliados poderiam ter um território próprio, sem depender da posição de *foederati* e das cessões de terra dos romanos (Bury, 2012, n.p.):

Pouco depois, quando Alarico foi tornado rei, ele deliberou com os seus homens, convencendo-os a buscar um reino com as próprias mãos em vez de se submeter, por indolência, a estrangeiros. Reunido o exército, durante o consulado de Estilício e Aureliano, ele entrou numa Itália quase vazia de homens pela Panônia, tendo Sirmio à sua direita. Quase não encontrando resistência, ele avançou até a ponte do rio, onde ficava o terceiro miliário a partir da cidade régia de Ravena (*Jord. Get.* 29.147).

Alarico foi escolhido como rei desse grupo dos visigodos, e passou a fazer diversas exigências de ouro e suprimentos para não invadir o império e especialmente a cidade de Roma. Em 408, Alarico sitia Roma pela terceira vez com um grande exército, uma vez que ele reunia cada vez mais “bárbaros” consigo. Há, então, a necessidade de uma negociação entre ele, o Senado e Honório. Entre as exigências de Alarico, além de ouro e suprimentos, estava a escolha de um imperador que agiria conforme seus desejos, Prisco Átalo (século IV-416), que foi removido de seu cargo pelo próprio Alarico no verão de 410 (Bury, 2012, n.p.).

Então, de fato, quando o exército dos visigodos chegou à vizinhança dessa cidade [Ravena], enviou ao imperador Honório, que lá residia, uma embaixada. Caso ele permitisse que os pacatos godos residissem na Itália, eles e os romanos viveriam em comunidade, como se acreditassem poder ser um único povo; do contrário, aquele que fosse mais o forte guerreando expulsaria o outro e então, como vencedor,

governaria seguro. Mas o imperador Honório temeu fazer qualquer uma das duas promessas, buscou aconselhamento com o seu senado e deliberou sobre como os expulsar para além das fronteiras ítalas (*Jord. Get.* 30.152).

Mas não devemos imaginar que todos os visigodos se juntaram a Alarico, ainda havia aqueles leais ao império, e um exemplo é Saro (século IV-412), um homem de origem visigoda que havia sido aliado de Estilício e inimigo de Alarico, e em uma tentativa de afastar seus conterrâneos da cidade de Roma, ataca o acampamento de Alarico, em julho de 410. Essa medida não impede as movimentações do rei visigodo, que logo em seguida decidiu invadir Roma (Bury, 2012, n.p.).

O saque, de acordo com Bury, durou de dois a três dias, e Alarico permitiu que seu exército roubasse, pilhasse, incendiasse e destruísse o que desejasse. Mas, as igrejas teriam sido poupadas, mesmo porque, os visigodos eram cristãos. E, desde esse episódio, a cidade eterna ficou vulnerável a novos ataques de “bárbaros”, e deixou de ser considerada a capital do ocidente. Honório, o imperador ocidental, já residia em Ravena havia muitos anos, e a cidade já vinha ganhando maior importância política desde então.

Neste momento, entendemos que visigodos e romanos haviam se tornado inimigos, mas essa situação era volúvel, pois anos depois, com a ameaça crescente de Átila (400-453) e seus hunos, os visigodos e romanos formaram uma nova aliança militar para expulsar os hunos do território romano. A movimentação dos hunos pelo território europeu causou diversas ondas de migração e deslocamento populacional, pois, conforme os relatos historiográficos, os hunos eram povos muito ferozes, violentos e causaram uma destruição considerável no ocidente, chegando a saquear Roma em 459 (Bury, 2012, n.p.).

Mas o saque em Roma não causou o assentamento definitivo dos visigodos. No final de 410, Alarico falece e Ataulfo (século IV-415), seu cunhado, foi escolhido como rei, e com o exército e os reféns, incluindo a meia-irmã do imperador Gala Placídia, cruzou os alpes e marchou em direção a Gália, para que se estabelecessem na Aquitânia, onde posteriormente surgiria de fato um reino romano-bárbaros dos visigodos, após mais de duas décadas de movimentação pelas regiões mediterrânicas (Bury, 2012, n.p.).

Desde então, observamos que as relações entre romanos e visigodos se alternavam entre os conflitos e os períodos de paz, ora com a colaboração militar, ora com seus exércitos entrando em conflitos, como podemos observar no trecho em que Jordanes nos transmite que “no décimo ano do reinado de Vália, quando, após quase cinquenta anos desde a invasão da Panônia, os hunos foram expulsos por romanos e godos” (*Jord. Get.* 32.166). Além disso, esse relacionamento também dependia da posição do imperador em relação aos “bárbaros”, bem como as ideias dos líderes góticos e seu desejo por um

território próprio, pois, apesar de estarem estabelecidos em determinados territórios, não tinham o poder dele, e viviam muitas vezes sob as leis e impostos dos romanos.

Nesta discussão, podemos chegar a um processo de assimilação da política e cultura romana pelos “bárbaros”. O que nos leva às questões acerca da identidade e alteridade, ou seja, a percepção do outro. A partir do século V, os “bárbaros” já compartilhavam os romanos, alguns papéis e identidades na sociedade, como bispos, soldados, generais, burocratas, entre outros (Cruz, 2014, p. 17-18). Isso nos mostra que, apesar dos conflitos que existiram e da alternância da natureza das relações romano-bárbaras, houve um grande processo de assimilação e preservação da cultura romana.

Conclusão

Para este trabalho, optamos por selecionar um período de grande movimentação e deslocamento de povos “bárbaros” no Império Romano, no final século IV e início do século V, para demonstrar como foi realizado e os conflitos que surgiram ao longo destes processos. Apesar de não tratarmos das questões políticas e outras instabilidades durante este período, devido ao enfoque nas relações romano-bárbaras, observamos que essa presença de povos “bárbaros” não foi o elemento causador de um colapso ou fim do Império Romano.

Por exemplo, no início de 410, ano do saque em Roma, havia seis imperadores no território romano, legítimos ou ilegítimos: Honório no ocidente, em Ravena, Teodósio II (401-450) no oriente, em Constantinopla, Prisco Átalo em Roma, Constantino III (século IV-411) e Constante II (século IV-411) em Arles e Máximo (século IV-422) em Tarragona, na atual Espanha (Bury, 2012, n.p.). Ou seja, seria impossível que os “bárbaros” causassem todos os esses problemas em diferentes regiões do império, ao mesmo tempo. É sabido que o imperador Honório se preocupava mais com a presença e surgimento de usurpadores do que com as invasões “bárbaras”, e por isso se aproveitava do apoio dos visigodos na Gália (Machado, 2015, p. 95).

Os processos de deslocamentos populacionais eram naturais, mas foram vistos de forma negativa e pejorativa devido aos elementos de violência que ocasionalmente ocorriam. Mas, conhecemos a história somente do ponto de vista dos romanos, uma vez que não havia muitos historiadores “bárbaros”, e aqueles que escreveram, tinham a tendência de também observar os acontecimentos do ponto de vista romano, como é o exemplo de Jordanes, que acreditava que a reconquista territorial promovida por Justiniano (482-565) no século VI, era algo positivo para romanos e “bárbaros”. Além do

fato de que muitos historiadores de origem bárbara são de um período posterior ao selecionado por nós, portanto, não vivenciaram os acontecimentos e possuem o conhecimento dos eventos sob a ótica de outras pessoas.

A escolha da obra de Jordanes tem a ver com a percepção de que a narrativa da *Getica* nos ensina sobre a complexidade das relações entre os godos e romanos, seja nos conflitos ou em aliança e cooperação, como observaram Silva e Albuquerque (2015, p. 346). Para este autor, as conquistas romanas sobre os godos foi importante para, em um futuro, manter a harmonia entre os dois povos.

Isto significa que Jordanes acreditava que a harmonia era mais importante do que uma questão identitária, pois em algum momento, os godos deixariam de ser um grupo migrante excluído da sociedade e seriam um grupo incluído e assimilado culturalmente. Dessa forma, as fronteiras sociais serão ultrapassadas e os “bárbaros” em território romano passaram a ser, como nos transmite Peter Burke, um híbrido cultural, que vive, ao mesmo tempo, duas tradições diferentes.

Não é possível afirmar que essa migração tenha sido uma causa para o provável declínio ou as crises políticas do Império Romano, pois a política atribulada do império, mesmo sem o fator “bárbaro”, foi a responsável por eventuais crises, fossem elas pequenas e mais rápidas de serem resolvidas, ou crises mais duradouras. O deslocamento e migração dos godos e outros “bárbaros” para ‘dentro’ das fronteiras romanas promoveu uma reconfiguração política e uma mudança significativa na balança do poder.

Referências

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BROWN, Peter. *O fim do Mundo Clássico: de Marco Aurélio a Maomé*. Lisboa: Editorial Verbo, 1972.

BURKE, Peter. *Perdas e ganhos: exilados e expatriados na história do conhecimento na Europa e nas Américas, 1500-2000*. Tradução de Renato Prelorentzou. São Paulo: Editora UNESP, 2017.

BURY, John Bagnell. *History of the Later Roman Empire: from the death of Theodosius I to the death of Justinian*. North Chelmsford: Courier Corporation, v. 1, 2012.

CAMERON, Averil. *The Mediterranean World in Late Antiquity, 395 – 700 AD*. 2ª ed. London: Routledge, 2012.

CARLAN, Cláudio Umpierre. Os inimigos de Roma: estratégia e formação militar na Antiguidade Tardia. In: FUNARI, Pedro Paulo A.; CARVALHO, Margarida Maria de; CARLAN, Cláudio Umpierre; SILVA, Érica Cristhyane Morais (orgs.). *História Militar do Mundo Antigo: Guerras e Identidades*, v. 1. São Paulo: Annablume, 2012, p. 191-202.

CARRIÉ, Jean-Michel. Século III, algumas reflexões para sair da “crise”. In: SILVA, Semíramis Corsi; ANTIQUEIRA, Moisés. (Orgs.) *O Império Romano no Século III: crises, transformações e mutações*. 1. ed. São João de Meriti: Desalinho, 2021, p. 15-28.

CARVALHO, Margarida Maria de; GONÇALVES, Bruna Campos. Amiano Marcelino e os construtos identitários nos relatos sobre os imperadores militares: Juliano, Joviano e Valentiniano I (361-375 d.C.). In: FUNARI, Pedro Paulo A.; CARVALHO, Margarida Maria de; CARLAN, Cláudio Umpierre; SILVA, Érica Cristhyane Moraes (orgs.). *História Militar do Mundo Antigo: Guerras e Identidades*, v. 1. São Paulo: Annablume, 2012, p. 223-248.

CLARK, Edith Gillian. *Late Antiquity: A Very Short Introduction*. New York: Oxford University Press, 2011, p. 1-12.

CROKE, Brian. Cassiodorus and the Getica of Jordanes. *Classical Philology*, v. 82, n. 2, 1987, p. 117-134.

CROKE, Brian. Jordanes and the Immediate Past. *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, v. 54, n. 4, 2005, p. 473-494.

CRUZ, Marcus. Gregório de Tours e Jordanès: a construção da memória dos ‘bárbaros’ no VI século. *Acta Scientiarum*. Maringá, v. 36, n. 1, jan.-jun. 2014, p. 13-27.

CURRAN, John. From Jovian to Theodosius. In: CAMERON, Averil; GARNSEY, Peter (Ed.). *The Cambridge Ancient History*. Cambridge: University Press, v. 13, 1998, p. 78-110.

DOLEŽAL, Stanislav. Who was Jordanes? *Byzantion*, v. 84, 2014, p. 145-164.

DÖRLER, Philipp. Two tales – two peoples? Goths and Romans in Jordanes’ works. In: HEYDEMANN, Gerda; REIMITZ, Helmut (ed.). *Historiography and Identity II: Post-Roman Multiplicity and New Political Identities*. Turnhout: Brepols, 2020, p. 121-146.

ELHAJJI, M. Comunidades diaspóricas e cidadania global: o papel do intercultural. *Esferas*, v. 1, n. 3, 16 jul. 2014.

FRIGHETTO, Renan. Política e poder na Antiguidade Tardia: uma abordagem possível. *História Revista*, Goiânia, v. 11, n. 1, jan./jun. 2006, p. 1611-77.

FRIGHETTO, Renan. A longa Antiguidade Tardia: problemas e possibilidades de um conceito historiográfico. In: FONSECA, Celso Silva; RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros; COELHO, Maria Filomena. Por uma longa duração: perspectivas dos estudos medievais no Brasil. *Atas da VII Semana de Estudos Medievais*. Brasília, 2010a.

FRIGHETTO, Renan. Religião e política na Antiguidade Tardia: os godos entre o arianismo e o paganismo no século IV. *Dimensões*, v. 25, 2010b, p. 114-130.

FRIGHETTO, Renan. *Antiguidade Tardia: Roma e as Monarquias Romano-Bárbaras numa época de transformações*. Curitiba: Juruá, 2012.

FRIGHETTO, Renan. Romanos, bárbaros e a história Política na Antiguidade Tardia. *Heródoto*, Unifesp, Guarulhos, v. 6, n. 2, 2021.2, p. 22-48.

GOFFART, Walter A. *Rome, Constantinople, and the Barbarians*. The American Historical Review, v. 86, n. 2, 1980, p. 275-306.

GOFFART, Walter A. *Narrators of Barbarian History (A.D. 550 – 800)*. New Jersey: Princeton University Press, 1988, p. 20-111.

GOFFART, Walter A. Jordanes's *Getica* and the Disputed Authenticity of Gothic Origins from Scandinavia. In: GOFFART, Walter A. *Barbarian Tides: the migration age and the later Roman Empire*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2006, p. 56-72.

GUARINELLO, Norberto. Ordem, integração e fronteiras no Império Romano: um ensaio. *Mare Nostrum*, v. 1, 2010, p. 113-127.

HALSALL, Guy. *Barbarian Migrations and the Roman West, 376-568*. Cambridge: University Press, 2007.

HARTOG, François. *O Espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Tradução de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

HEATHER, Peter. *The Fall of the Roman Empire: A New History of Rome and the Barbarians*. New York: Oxford University Press, 2005.

JORDANES. *Romana and Getica*. Translated with Introduction and notes by Peter Van Nuffelen and Lieve Van Hoof. Liverpool: University Press, 2020.

KAZHDAN, Alexander P. *The Oxford Dictionary of Byzantium*. New York: Oxford University Press, v. 1, 1991a.

KAZHDAN, Alexander P. *The Oxford Dictionary of Byzantium*. New York: Oxford University Press, v. 2, 1991b.

KULIKOWSKI, Michael. Nation versus Army: A Necessary Contrast. In: GILLETT, Andrew (ed.). *On Barbarian Identity: Critical Approaches to Ethnicity in the Early Middle Ages*. Turnhout and Belgium: Brepols, 2002. p. 69-85.

LAWRENCE, Thomas C. Jordanes. In: BAGNALL, Roger, S.; BRODERSEN, Kai; CHAMPION, Craige B.; ERSKINE, Andrew; HUEBNER, Sabine S. (Ed.). *The Encyclopedia of Ancient History*. Oxford: Blackwell Publishing, 2013, p. 3623-3624.

LIEBESCHUETZ, J. H. W. G. *Barbarians and Bishops: army, church and state in the age of Arcadius and Chrysostom*. New York: Oxford University Press, 1990.

LIEBESCHUETZ, J. H. W. G. *East and West in Late Antiquity – invasion, settlement, ethnogenesis, and conflicts of religion*. Leiden: Brill, 2015.

MACHADO, Carlos Augusto Ribeiro. Late Antiquity, the Fall of Rome and the debate over the “end of the Ancient World”. *Revista História*, São Paulo, n. 173, jul.-dez. 2015, p. 81-114.

MAYER, Wendy. Approaching Late Antiquity. In: ROUSSEAU, Philip. *A Companion to Late Antiquity*. New Jersey: Wiley-Blackwell, 2009, p. 1-14.

MISHRA, Amit Kumar. Global Histories of Migration(s). In: BECKERT, Sven; SACHSENMAIER, Dominic (eds.). *Global History, Globally: Research and Practice around the World*. Londres/Nova York: Bloomsbury Academic, 2018, p. 195-213.

MITCHELL, Stephen. *A History of the Later Roman Empire, AD 284-641*. 2ª ed. Oxford: Wiley Blackwell, 2015.

O'DONNELL, James J. The Aims of Jordanes. *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, v. 31, n. 2, 1982, p. 223-240.

PINTO, Otávio Luiz Vieira. *Integrating Magna Dacia: a narrative reappraisal of Jordanes*. 2016. 274 f. Dissertation (PhD) – The University of Leeds, Leeds, 2016.

PINTO, Otávio Luiz Vieira. As if from this people I traced my origin: hypotheses on the life of Jordanes. *Calamus*, v. 1, 2017, p. 197-222.

SILVA, Daniele Galindo Gonçalves; ALBUQUERQUE, Maurício da Cunha. Bárbaros ou/vs Romanos? Sobre Identidades e Categorias Discursivas. *Mirabilia*, n. 21, jun./dez. 2015, p. 345-359.

SILVA, Marcelo Cândido da. Entre “Antiguidade Tardia” e “Alta Idade Média”. *Diálogos*, DHI/PPH/UEM, v.12, n.2/n.3, p. 53-64, 2008.

VAN HOOFF, Lieve; VAN NUFFELEN, Peter. *The Historiography of Crisis: Jordanes, Cassiodorus and Justinian in mid-sixth-century Constantinople*. The Society for the Promotion of Roman Studies, 2017.

VESCIA, Giulio. Una “riforma” militare di Teodosio? *Nuova Antologia Militare*, n. 5, fasc. 17, marzo 2024, p. 297-322.

WOOD, Ian. Barbarism: The Invasion and Settlements of the Barbarians of Germany and Scythia. In: WOOD, Ian. *The Transformations of the Roman West*. Leeds: Arc Humanities Press, 2018, p. 21-28.

Artigo recebido em 04/11/2024

Aceito para publicação em 14/02/2025

Editor(a) responsável: Nathan Rodrigues Falcucci

¹ De acordo Kulikowski, a utilização do termo bárbaro é intencional e não possui conotação pejorativa. Este termo é preferencialmente adotado em oposição ao adjetivo germânico, uma vez que povos germânicos são conceitos legados da filologia do século XIX (Kulikowski, 2002, p. 69). Por esta razão, inserimos aspas quando nos referimos aos bárbaros para reforçar a ausência da conotação pejorativa.

² Todas as datas as quais nos referimos estão inseridas no período da Era Comum, exceto quando devidamente indicadas.

³ Para a definição de migrante e imigrante, contamos com o auxílio do *Glossário sobre Migração*, organizado pela OIM – *Organização Internacional para as Migrações*. Disponível em: <https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml22.pdf> Acesso: 03 de set. 2024. Além das definições contidas no site do *Museu da Imigração de São Paulo*. Disponível em: <https://museudaimigracao.org.br/blog/migracoes-em-debate/migrante-imigrante-emigrante-refugiado-estrangeiro-qual-palavra-devo-usar> Acesso: 03 de set. 2024.

⁴ O *romanocentrismo* é um neologismo, descrito na Enciclopédia Treccani, que indica normalmente a cidade de Roma como elemento central. No entanto, no contexto de nosso trabalho, o utilizamos para nos referir ao império romano. Disponível em: [https://www.treccani.it/vocabolario/romanocentrismo_\(Neologismi\)/](https://www.treccani.it/vocabolario/romanocentrismo_(Neologismi)). Acesso: 03 de set. 2024.